

## **OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES SUBALTERNAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

**Franci Gomes Cardoso**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

### **OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES SUBALTERNAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

**Resumo:** O texto faz uma análise sobre os desafios da organização política das classes subalternas e das perspectivas históricas dessas classes para superação de sua condição de subalternidade, em particular para o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto atual de mundialização do capital, sob o neoliberalismo. A tese central deste trabalho é a de que, pela essencialidade das desigualdades sociais no capitalismo, e, portanto, pela sua mundialização, só é possível superá-las por meio da luta social mundializada das classes subalternas, no confronto com o capital, para o que é indispensável, embora não suficiente, a organização política dessas classes, na perspectiva de sua emancipação e de toda humanidade. Eis o grande desafio!

**Palavras-chave:** Organização política, classes subalternas, desigualdades sociais.

### **THE CHALLENGES OF POLITICAL ORGANIZATION OF THE SUBALTERN CLASSES TO CONFRONT SOCIAL INEQUALITIES IN THE CONTEXT OF THE GLOBALIZATION OF CAPITAL**

**Abstract:** Analysis of the challenges of the political organization of the subaltern classes in a historical perspective of such classes in order to overcome their subalternity condition particularly to face social inequalities in the context of capital globalization under the neoliberalism. The central thesis of this paper is that through the essentiality of social inequalities in capitalism and, thus, through its globalization, it is only possible to overcome them by the means of the globalized social struggle of the subaltern classes, in the confront with the capital, for which it is essential but not enough, the political organization of such classes in the perspective of their emancipation and of all mankind. That is the great challenge!

**Key words:** Political organization, subaltern classes, social inequalities.

Recebido em: 05.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste texto retomo uma temática sobre a qual tenho acumulado conhecimentos em estudos anteriores e em pesquisas recentes sobre a relação do Serviço Social e a organização das classes subalternas. Destaco como produção fundamental minha tese de doutorado sobre “O protagonismo das classes subalternas no Brasil contemporâneo”, a qual deu origem ao meu livro publicado, em 1995, pelas editoras Cortez e EDUFMA, sob o título “Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social”. Como produção recente, destaco o projeto de pesquisa em andamento sobre “O Serviço Social e a Organização política da classe trabalhadora: os desafios nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira”, aprovado pelo CNPQ para o período de março/2011 a fevereiro/2014.

Com o resgate e atualização dos resultados das referidas produções, pretendo contribuir com o debate coletivo, suscitar polêmicas e estimular outros estudiosos interessados no tema para a permanente verticalização de estudos sobre processos concretos de organização das classes subalternas; e para o engajamento nos movimentos e lutas sociais nas organizações dessas classes para o enfrentamento das desigualdades sociais no mundo e no Brasil em particular.

O mundo contemporâneo é um mundo com uma multiplicidade de organizações e lutas de sujeitos históricos e políticos cuja unidade constitui-se na prática política, construindo projetos coletivos numa perspectiva de classe. Esses sujeitos têm em comum a condição de destituídos de quaisquer meios de produção, além de sua força de trabalho, e dependem para sua sobrevivência da produção direta dos meios de vida ou da oferta de emprego pelo capital.

Assim, os projetos coletivos construídos nas lutas desses sujeitos políticos têm a perspectiva de enfrentar as novas formas de exploração do capital sobre o trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, onde não se aboliu a contradição de classe, mas, pelo contrário, se verifica uma crescente afirmação das classes e da luta de classes mundialmente.

A realidade brasileira evidencia, de um lado, a força econômica e política da classe dominante – representada, em sua maioria, pelas frações ligadas às empresas – e, de outro, as classes subalternas, que em seus movimentos e organizações têm aglutinado assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário

e terciário, ou seja, trabalhadores dos setores produtivo e improdutivo; os subempregados e desempregados eventuais; os trabalhadores em potencial, não incorporados ao mercado de trabalho; enfim, todos os segmentos que, não possuindo os meios de produção, estão sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital.

Entre os estudos já realizados sobre a formação das classes sociais, há alguns pesquisadores que partem de métodos de interpretação do processo econômico-social brasileiro, segundo os quais o país teria alcançado um estágio da sociedade capitalista onde se configuram, numa divisão dicotômica absoluta, o proletariado e a burguesia. Com essa visão, são inseridas no conjunto do proletariado amplas camadas com posições diferenciadas, ou mesmo indefinidas, no mundo da produção, descaracterizando, segundo esses pesquisadores, os traços essenciais que definem o proletariado como classe.

Por outro lado, ainda no que se relaciona à questão acima, existem outros estudos que, tendendo a formular o conceito clássico de proletariado, centrado, portanto, apenas nos operários fabris, excluem do conjunto dos trabalhadores todos aqueles ligados ao setor econômico improdutivo. Ou seja: os trabalhadores que não estão ligados diretamente à produção material são excluídos de qualquer análise, como se não existissem no processo histórico.

A respeito dessas questões, discordo daqueles que excluem os segmentos desvinculados de uma ação direta na produção, mas entendo que não se pode negar as diferenciações existentes entre os próprios trabalhadores, quanto à posição que os diversos segmentos ocupam no mundo do trabalho. Ou seja: os trabalhadores não formam uma classe homogênea, tanto no momento objetivo quanto na subjetivação da objetividade.

Entretanto, a condição de subalternidade do conjunto dos trabalhadores, em face do capital, permite uma nova configuração de classe que reúne segmentos diferenciados, de acordo com a concepção exposta anteriormente.

Entendo que os efeitos práticos provocados pelo modo capitalista de produção não atingem apenas aqueles trabalhadores que estão diretamente no mundo da produção, isto é, os inseridos no processo de produção material, mas atingem, fundamentalmente, aqueles que não possuem os meios de produção, quer estejam incorporados, ou não, ao mercado de trabalho.

Portanto, se a propriedade privada dos meios de produção não é a única fonte de dominação, ela é a fonte primeira a partir da qual emergem as demais fontes de domínio.

A subalternidade desses trabalhadores se expressa, portanto, pela não propriedade dos meios de produção material e cultural e, conseqüentemente, pelos domínios econômico, político e ideológico exercidos pelo capital. Esses são os elementos básicos que caracterizam, do meu ponto de vista, as classes subalternas como uma das classes fundamentais nas sociedades capitalistas.

É com essa concepção que, neste texto, destaco essas classes, refletindo sobre suas perspectivas históricas de organização e luta para superação de sua condição de subalternidade, em particular para o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto da mundialização do capital.

## 2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO E CRISE ATUAL DO CAPITAL: um grande desafio para o enfrentamento pelas classes subalternas.

A mundialização do capital tem profundas repercussões nas condições de vida e de trabalho dos diversos segmentos das classes subalternas, radicalizando as desigualdades sociais que se mantêm no mundo contemporâneo globalizado como “uma ameaça cada vez maior para o capital e para os capitalistas, em particular nos países do chamado Terceiro Mundo”. (LOPES, 2006). Verifica-se, segundo Iamamoto (2009, p. 26),

Uma ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada para a cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em parceiros solidários aos projetos do capital e do Estado.

Tal investida, segundo a mesma autora, acentua-se por meio da “assistencialização” da pobreza contra o direito ao trabalho, de modo transversal às políticas públicas dirigidas aos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores, incidindo de forma marcante na capacidade de mobilização e organização desses segmentos. (IAMAMOTO, 2009).

Essa investida ideológica por parte do capital e do Estado é um dos mecanismos utilizados para o enfrentamento da questão social, cujas expressões pelas desigualdades sociais são sustentadas pela própria lógica do capital, da qual a desigualdade é inerente. Portanto, quaisquer

formas de enfrentamento das desigualdades sociais, na perspectiva de sua superação, só será possível por meio da luta social mundializada das classes subalternas no confronto com o capital, sendo indispensável, embora não suficiente, a organização política dessas classes.

Para Tonet (2009, p. 108), “a raiz mais profunda da crise que o mundo vive hoje está nas relações que os homens estabelecem entre si na produção da riqueza material”. Com essa afirmação, o autor chama a atenção para o fato de que há uma relação recíproca entre essa raiz e as outras dimensões da realidade social, bem como uma influência recíproca entre todas as determinações constitutivas da totalidade social. (TONET, 2009). Ou seja, não se trata de afirmar que a causa imediata de todos os problemas atuais da humanidade está na economia.

Para o mesmo autor,

a crise atual parece ter algo muito diferente das anteriores. Em primeiro lugar, porque se trata de uma crise global e não apenas de determinado local ou de setor específico. Em segundo lugar, porque dada a completa mundialização do capital, este não tem mais como deslocar essa crise dos países centrais para os países periféricos. O mundo inteiro está, embora de forma diversa em locais diferentes, engolfado nela. Como resultado disso, essa crise atinge hoje as estruturas mais profundas da sociabilidade capitalista. (TONET, 2009, p. 108).

A irrupção dessa crise se deu de forma mais acentuada na década de 1970, manifestando-se pela crescente perda de dinheiro por parte dos capitalistas. Em face dessa situação, a saída encontrada pelo capital para a obtenção do aumento da taxa de lucro foi a intensificação da exploração dos trabalhadores, resultante tanto da mais valia absoluta quanto da mais valia relativa, ou da combinação de ambas, a partir do prolongamento da jornada de trabalho e da introdução de novas tecnologias.

Daí, segundo Tonet (2009, p.109),

O surgimento do „toyotismo. e sua articulação com a forma anterior da produção chamada „fordismo., a precarização e a terceirização no âmbito do trabalho, a erosão dos direitos trabalhistas e sociais, a desregulamentação da economia e de todo o conjunto de privatizações. Tudo

isso, implicando, pela própria natureza do capitalismo, uma violentíssima guerra entre os capitalistas, com enormes e desastrosas consequências para os trabalhadores.

O capitalismo brasileiro, em conexão com a crise mundial do capital, aprofunda suas contradições, a partir de 1974, mesmo em curtos períodos de crescimento especulativo.

A crise, que se inicia nos anos 1970, apresenta, segundo Mandel (1990 apud MOTA, 2010), particularidades que se diferenciam da dinâmica de outras crises capitalistas. Trata-se de uma

Crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia e recebe, por sua vez, novos estímulos dessas flutuações.

Nessa mesma linha de raciocínio, Mészáros (2002 apud MOTA, 2010), caracteriza a crise contemporânea como crise global de alcance mundial, atingindo todas as nações imperialistas do planeta, e como uma crise de longa duração e sem saídas a curto ou longo prazo.

Dado o caráter mundial dessa crise, o qual se imprime pela estrutura mundializada do capitalismo, cuja internacionalização se expressa pela concentração do capital e descentralização da produção com abrangência planetária, ela não pode, segundo Maranhão (2004 apud MOTA, 2010)

Ser enfrentada setorialmente ou por capitalistas individuais, razão pela qual mobiliza a intervenção do Estado e das organizações financeiras internacionais na tentativa de equacioná-la.

Nesse processo, a partir dos anos de 1980, o capital busca enfrentar suas próprias contradições por meio de iniciativas que permitam recompor as suas taxas de lucro, ao mesmo tempo em que desenvolvem mecanismos que as legitimem socialmente. Nessa perspectiva, as classes dominantes

Necessitam exercitar-se como classe dirigente implementando seu projeto

classista através de uma direção restauradora, criando iniciativas conservadoras sob o influxo das ideias liberais. (MOTA, 2010, p. 16).

Nesse projeto, o Estado tem um papel fundamental favorecendo a produção de superlucros, inovando práticas ideológicas e produtivas, seja nos países centrais ou periféricos, patrocinando transformações nos padrões de acumulação e reprodução. (MOTA, 2010).

Na medida em que a crise se aprofunda, os salários dos trabalhadores tendem a baixar e a expropriação das terras dos trabalhadores e dos índios no campo tende a aumentar. Pois o capital que explora os trabalhadores na indústria é o mesmo que expropria e explora os trabalhadores no campo.

No Brasil, a extrema concentração de renda tem sua causa principal na elevada e crescente monopolização da economia brasileira por grupos econômicos de grandes empresas transnacionais que controlam, de forma individual ou associados entre si, a quase totalidade das empresas industriais, financeiras, comerciais, agropecuárias, bem como terras, meios de transporte, comunicação e outros setores essenciais para o bem estar da vida humana.

Assim, a formação e o crescimento dos próprios monopólios nacionais se deram associados ao capital internacional, destituídos de autonomia sobre o setor dos meios de produção; em especial, o de máquinas avançadas e de componentes eletrônicos sofisticados. Nesse processo, os capitalistas brasileiros tiveram como opção para seu enriquecimento acelerado uma política de colaboração com seus parceiros internacionais.

Desse modo, a concentração de quase toda a riqueza social nas mãos de um número reduzido de grupos de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros condena a classe trabalhadora a sobreviver com uma parcela insignificante do que produz, numa situação crescente de exploração e miséria.

O desenvolvimento desigual do mundo capitalista, ou polarização, permite a expansão de uma riqueza e de uma pobreza simultâneas em rapidez e extensão.

Nessa condição de desenvolvimento, milhões de pessoas são obrigadas a viver em condições subhumanas por não terem acesso aos bens materiais necessários à sua sobrevivência, tais como: alimentação, saúde, habitação, vestuário, saneamento, transporte, dentre outros; enquanto uma minoria concentra em suas mãos um volume cada vez maior da riqueza produzida

coletivamente pelos trabalhadores, e esbanja em luxos e bens supérfluos.

Segundo Tonet (2009, p. 112), esse fosso entre a minoria, rica e parasita, e a maioria, pobre, - que produz a riqueza - não seria necessário; pois não é por falta de capacidade de produzir riqueza que a maioria da humanidade se encontra nessa situação precária. É exatamente por essa capacidade ter atingido um grau bastante elevado que a humanidade encontra-se mergulhada nessa contradição. Para ele, a questão decisiva está na forma concreta de organização da produção, que é onde já está assinalado o acesso que cada um terá da riqueza.

E, no sistema capitalista, a riqueza é produzida sob a forma da propriedade privada, vale dizer, pela grande maioria, mas é apropriada por uma minoria cujo objetivo fundamental é – um imperativo imposto pela lógica do capital – obter lucros e não atender as necessidades humanas. (TONET, 2009, 112).

Em face dessa situação sinteticamente exposta, em que as desigualdades são um desafio permanente pela sua essencialidade no capitalismo, dá-se o processo de constituição das políticas sociais mediadas pelo Estado e pela ação das classes sociais organizadas, as quais são determinadas pelas relações de apropriação/distribuição e dominação/subalternização. Têm, portanto, a sua gênese na relação capital/trabalho, exercendo sua função na reprodução da força de trabalho e do próprio capital.

O Brasil, entretanto, apresenta peculiaridades, no que se refere à relação Estado/ capitais particulares/ trabalho,

Determinadas pelo processo de industrialização tardia, no qual o Estado assumiu, prioritariamente, a função de investidor e de financiador das condições de reprodução e expansão do capital [...]. Como Estado Capitalista, sua ação na manutenção e reprodução da força de trabalho tem se verificado muito mais no disciplinamento do uso produtivo do trabalho pelo capital (jornada, condições de trabalho, salário etc.), do que, propriamente, pela oferta de políticas sociais. (MOTA, 1989, p.131).

Em contrapartida a essa omissão do Estado, o empresariado patrocina, desde a década de 40 do século XX, salários indiretos ao trabalhador, o que se apresenta como projeto colaboracionista

com o Estado. Na realidade, esse patrocínio é feito para obtenção de vantagens financeiras do setor público e para transformação dos salários indiretos num incremento à produtividade. Nessa perspectiva, “o empresariado assegura, ao mesmo tempo, a manutenção do trabalhador, os níveis de produtividade e uma pseudo-autonomia dos fundos públicos”. (MOTA, 1989, p. 131).

A partir do controle do Estado pelos capitalistas, o capital privado obtém vantagens financeiras, econômicas e políticas. Nesse particular, pode ser observado, no Brasil, um crescente processo de privatização do Estado, mediante a utilização dos chamados fundos públicos na esfera privada.

A esse respeito, MOTA (1989, p. 132) afirma:

No Brasil ocorre verdadeira inversão da chamada via fiscal para redução das desigualdades. Ao invés de o Estado se apropriar de parte do excedente, via taxação de lucros e da riqueza patrimonial, ele abdica de tal receita para que o empresariado faça a „justiça social..

A mesma autora ressalta, ainda, a não tributação das chamadas despesas operacionais das empresas (incluindo os custos dos programas sociais) que, contabilizados como tal, devem ser repassados para o produto. Assim, o cidadão paga quando não é sujeito da socialização dos lucros, pela via fiscal, e quando adquire as mercadorias. (MOTA, 1989).

É importante destacar que as políticas sociais, enquanto instrumentos de reprodução da relação capital/trabalho, têm que ser encaradas de acordo com o contexto e o momento histórico em que se situam. Seus mecanismos avançam e recuam no bojo das lutas sociais e das relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais.

Assim, no contexto atual das transformações da sociedade brasileira, podemos evidenciar que no âmbito das políticas públicas de corte social as propostas neoliberais repercutem de forma perversa, excluindo um grande contingente populacional que já é expropriado de toda a riqueza material e intelectual produzida socialmente, ou seja, sujeitos históricos que não usufruem dessa riqueza - amplos segmentos constituídos pelas classes subalternas -, com os quais o Serviço Social tem uma vinculação histórica, seja no campo da reprodução da força de trabalho, via política de Assistência, seja no campo da organização, tendo presente a conexão desses espaços de prática do

Assistente Social.

O projeto neoliberal que se expande pelo mundo e, por conseguinte, no Brasil, amplia e aprofunda as desigualdades e a pobreza, ao mesmo tempo em que retira a possibilidade do Estado de investir em políticas sociais que atendam, minimamente, as demandas das classes subalternas para garantia de sua sobrevivência. Esse projeto submete as necessidades sociais aos interesses econômicos, cujo objetivo principal é a maximização dos lucros dos empresários privados. (CARDOSO, 1995a).

A perspectiva neoliberal de subsunção das necessidades sociais aos interesses econômicos e, portanto, de redução do tamanho do Estado no atendimento a essas necessidades essenciais funda-se na concepção de que não cabe ao Estado a responsabilidade do processo de provisão social e, sim, à sociedade e à iniciativa empresarial privada. As mudanças no papel do Estado têm, no contexto do neoliberalismo, o objetivo de permitir a retomada do aumento do lucro das classes dominantes, em especial as dos países centrais.

Ao lado dessa perspectiva e, contraditoriamente, constitui estratégia do projeto neoliberal implementado pelo Estado brasileiro nos anos 1980, em particular na Constituição Federal de 1988, a defesa dos direitos sociais como direitos universais, na perspectiva de garantir o acesso da população aos bens e serviços públicos.

### **3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES SUBALTERNAS E O SERVIÇO SOCIAL:** alguns fundamentos históricos conceituais, perspectivas e desafios.

A partir dos anos 1990, vivencia-se um processo de redefinição do Serviço Social, vinculado às lutas e à organização política das classes subalternas, que se intensificou, em todo país, na segunda metade da década de 1970, com significativo avanço nos anos 1980. O avanço dos anos 1980 expressou-se, dentre outras formas, pela atuação profissional em espaços de formação e organização políticas dos trabalhadores: sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais urbanos e rurais, entre outros. Nesses espaços e nessas décadas (1970 e 1980), a perspectiva do trabalho profissional do Assistente Social era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe na construção de novas relações hegemônicas na sociedade, superando a sua

condição de dominação político-ideológica e econômica.

Tal perspectiva traduziu-se pela vinculação do projeto ético-político-profissional a uma determinada perspectiva societária, cuja construção exige o fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas. Trata-se da perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a emancipação humana.

A tendência atual, a partir de 1990, sobretudo em instituições que operam as políticas sociais, é o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e organização, no horizonte da emancipação humana para o horizonte da subalternidade, buscando a legitimação, pelas classes subalternas, do atual padrão da política social sob a égide do neoliberalismo. Esse padrão privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as responsabilidades do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito, e investe na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, necessidades prementes das classes subalternas.

É importante ressaltar, nesse contexto de hegemonia do neoliberalismo, o caráter contraditório da atuação profissional do Assistente Social cuja história é um processo orgânico da história da sociedade em que se insere a profissão; sendo, portanto, determinada pelas contradições inerentes a essa sociedade. Nesse sentido, destacam-se as implicações econômicas, políticas e sociais decorrentes do avanço do capitalismo no mundo e, em contraposição, a luta das classes subalternas norteadas pelos ideais emancipatórios da sociedade que repõem a participação como estratégia da politização das relações sociais e de intervenção crítica dessa classe no movimento histórico, nos espaços de produção e reprodução social. (ABREU, 2002).

Essa é a perspectiva de diferentes organizações das classes subalternas; em particular, o movimento dos trabalhadores sem terra (MST), enquanto um espaço de organização e lutas políticas, o qual representa um dos mais importantes movimentos sociais e políticos do Brasil atual, fazendo renascer e resurgir a luta dos trabalhadores no campo e convertendo-o no centro da luta política e da luta de classes no país.

No bojo do movimento contraditório da sociedade, e mesmo nos espaços de formação e de organização política das classes subalternas, há projetos profissionais e projetos societários diferenciados disputando a hegemonia. Quais são esses projetos, como se dá essa disputa, quais as tendências da inserção do Assistente Social nesses espaços e quais os desafios postos ao Serviço Social e à classe trabalhadora no contexto dessa disputa?

Nas instâncias de organização das classes subalternas, o trabalho dos assistentes sociais tende a assumir duas grandes perspectivas teórico-políticas que perpassam os projetos profissionais e os projetos societários em disputa na sociedade brasileira, na atualidade: 1) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas; e 2) a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a dominação dessas classes.

Com essas perspectivas, os projetos profissionais e os projetos societários desenvolvem-se pela ação dos sujeitos das profissões e das classes sociais, disputando a hegemonia nos espaços de organização das classes subalternas, em particular, e no movimento social, na sociedade brasileira. Torna-se hegemônica uma ou outra perspectiva, conforme vínculos dos projetos profissionais com os projetos societários de emancipação humana, ou de manutenção da ordem capitalista, e conforme a correlação de forças na disputa da hegemonia na sociedade.

A questão da hegemonia é central entre as preocupações de Gramsci (1978), em relação às possibilidades das classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas dotadas de vontade coletiva própria. Nessa perspectiva, a hegemonia refere-se à capacidade de uma dessas classes, que aspire a dirigir o conjunto da sociedade, em trabalhar os interesses do conjunto dos setores subalternos, em termos de um projeto universal que contemple a organização e a participação relacionada à política como dimensão pedagógica.

Essa noção de hegemonia tem um cunho cultural que não opera apenas no âmbito intelectual, mas informa toda cotidianidade dos sujeitos. Desse modo, participar de forma organizada da política, numa perspectiva pedagógica, é manifestar capacidade de intervir no processo de transformação social e política

de modo consciente.

Para Gramsci (1978), a hegemonia tem uma função eminentemente pedagógica enquanto processo de constituição ideológica das classes subalternas, que se realiza tanto para afirmar a direção dessas classes quanto para superar a sua condição de subalternidade, construindo uma nova ordem social.

Gramsci concebe a constituição da ideologia das classes subalternas como uma condição essencial para a conquista da hegemonia das classes, na medida em que elas conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias. Esse rompimento não se efetiva independentemente das transformações econômicas, mas não há, por outro lado, uma dependência absoluta dessas.

A ideologia tem, portanto, um peso decisivo na organização da vida social, pois se realiza, concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social. Para Gramsci (1978), essa manifestação da ideologia, enquanto concepção de mundo, objetiva-se em graus diversificados que ele procura demonstrar em suas reflexões sobre o processo de elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente.

Segundo Gramsci (1978), a criação de uma nova cultura significa, além de todo um processo crítico e de descobertas originais, a difusão e socialização de verdades já desvendadas para torná-las a base do agir das classes subalternas.

Para Gramsci (1978), o proletariado pode, na perspectiva da revolução, tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de aliança de classes (operários e camponeses) que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado Burguês, a maioria da população trabalhadora - o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classes existentes, que o proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. Mas, para isso, ou seja, para constituir-se como classe hegemônica, Gramsci insiste em que o proletariado abandone modos de pensar corporativistas e supere interesses imediatistas e particularistas, pois, a partir dessa superação, vai se desenvolvendo o processo de formação de uma consciência - a consciência de classe - que se manifesta na prática política.

Em Gramsci, a apreensão do grau de autoconsciência, do grau de homogeneidade e organização alcançado pelos vários grupos sociais dá-se na análise de correlação de forças especificamente políticas, em que os elementos

subjetivos desempenham um papel determinante. Gramsci (1978) distingue três momentos ou graus de relação de forças nas análises histórico-políticas, que, fundamentalmente, são os seguintes:

O primeiro é a relação de forças ligada à estrutura objetiva, independentemente da vontade dos homens; o segundo é a relação das forças políticas, onde é apreendida a formação da consciência e organização dos grupos sociais; o terceiro é o da relação das forças militares, onde se distinguem dois graus: o militar, num sentido estrito ou técnico-militar, e o político-militar.

O processo de formação de consciência desenvolve-se, segundo Gramsci, no segundo momento que ele entende como mediação do desenvolvimento histórico em sua oscilação contínua entre o primeiro e o terceiro momentos.

Para Gramsci, esse segundo momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva de acordo com as formas de manifestação na história.

O primeiro grau, que é o mais elementar, é denominado de econômico-corporativo, havendo uma unidade entre um determinado grupo profissional, mas não, ainda, uma unidade do grupo social mais amplo.

O segundo grau corresponde ao momento em que se adquire a consciência da solidariedade de interesse entre os membros do grupo social, mas ainda no terreno meramente econômico. A questão do Estado já se coloca, mas apenas no sentido de uma igualdade política com os grupos dominantes, através da participação da legislação e da administração numa perspectiva de reformá-las ou aperfeiçoá-las dentro da ordem vigente.

O terceiro grau, momento propriamente político, evidencia a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. Nesse momento, adquire-se a consciência de que os próprios interesses corporativos superam o círculo corporativo do grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.

Essa passagem de estrutura para superestrutura, que se efetiva no terceiro momento da consciência política coletiva, é denominada por Gramsci de *catarse*.

Pode-se empregar a expressão *catarse* para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. (GRAMSCI, 1978, p. 53).

Com base nos fundamentos históricos e conceituais aqui explicitados, ressaltamos como grandes desafios para o Serviço Social nas transformações contemporâneas da sociedade brasileira: o fortalecimento dos vínculos com as Instituições de organização política das classes subalternas e com as lutas sociais que permanecem na resistência contra o capital; e o avanço da inserção nos movimentos de rearticulação da organização classista dos trabalhadores.

#### 4 CONCLUSÃO

As transformações ocorridas no mundo, no final do século XX e início do século XXI, têm colocado grandes desafios aos estudiosos do processo histórico de desenvolvimento da sociedade, bem como às forças sociais progressistas e de esquerda em luta. É um processo mundial que apresenta particularidades nos estados nacionais que expressam a situação de cada um num contexto global em que se situam. A compreensão dessa particularidade do Brasil, no contexto dos países periféricos e na contemporaneidade, considerado um dos chamados “emergentes”, é de fundamental importância na perspectiva de: recuperar historicamente esses desafios até a atualidade; contribuir teórica e politicamente com pesquisas históricas e publicações sobre a organização de classe trabalhadora e a relação com o Serviço Social, com destaque aos desafios para o enfrentamento das desigualdades sociais sob o neoliberalismo; e subsidiar o debate crítico em torno da temática em estudo e as práticas sociais para o enfrentamento aos desafios mais gerais das classes subalternas na contemporaneidade.

A complexidade das questões anteriormente referidas constitui, sem dúvida, um grande desafio às classes subalternas no enfrentamento das desigualdades sociais, bem como aos intelectuais comprometidos com a organização política dessas classes e com a luta para superação dessas desigualdades na perspectiva da emancipação das classes subalternas e de toda a humanidade; em particular, para os Assistentes Sociais que historicamente têm



participado na implementação de políticas públicas de corte social, o que está a exigir um repensar sistemático da profissão, tanto no que tange ao exercício profissional, quanto à formação com destaque às exigências de estudos e pesquisas históricas que aprofundem e atualizem o conhecimento das reais condições de vida e de trabalho a que são submetidas as classes subalternas nos processos de transformação e desenvolvimento do capitalismo no mundo e no Brasil, bem como à necessidade de inserção efetiva em processos de organização e formação de consciência de classe, elementos necessários, embora não suficientes, na luta pela conquista da hegemonia dessas classes. (CARDOSO, 1995b).

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In:\_\_\_\_\_. **Direitos sociais e competências profissionais:** serviço social e sociedade. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

**Franci Gomes Cardoso**

Assistente Social  
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
E-mail: franci@elo.com.br

**Universidade Federal do Maranhão - UFMA**

Cidade Universitária, Av. dos Portugueses, 1966, Bacanga  
CEP: 65.085-580

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002

CARDOSO, Franci Gomes. Políticas públicas e neoliberalismo. **Jornal O Debate**, São Luís, jun. 1995a.

\_\_\_\_\_. **Organização das classes subalternas:** um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora; São Luís: EDUFMA, 1995b.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na cena contemporânea. In:\_\_\_\_\_. **Direitos sociais e competências profissionais:** serviço social e sociedade. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LOPES, Josefa Batista. A luta contra as desigualdades sociais no atual contexto da mundialização: tendências e perspectivas no movimento de construção de alternativas. In: CONGRESSO MUNDIAL DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 33., 2006, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, Chile: Associação Internacional de Escolas de Serviço social, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In:\_\_\_\_\_. **As ideologias da contrarreforma e o serviço social.** Recife: Ed. UFPE, 2010.

\_\_\_\_\_. Articulação entre empresas e Estado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, 1989.